

O DECÊNIO QUE MUDOU O BRASIL

Partido dos Trabalhadores • Instituto Lula • Fundação Perseu Abramo
São Paulo, Fevereiro de 2013



**10 ANOS
DE GOVERNO**

DO POVO • PARA O POVO • PELO POVO

Sumário

1. Apresentação.....	05
2. Um só povo, dois projetos distintos de Brasil.....	08
3. O decênio glorioso.....	17
4. Considerações finais.....	25
5. Programação dos seminários.....	26

I. Apresentação

○ Brasil ingressou na segunda década do século 21 trilhando o caminho próprio de importantes e significativas transformações que em série não se apresentaram naturais e nem espontâneas. São frutos de um conjunto nacional de vontades motivado pela sede de prosperidade econômica e social, bem como do engajamento militante e disciplinado de forças sociais, econômicas, políticas e ideológicas sob a liderança do Partido dos Trabalhadores.

○ longo intervalo regressivo das duas últimas décadas do século 20 decorreu da exaustão do projeto de industrialização e do declínio socioeconômico expresso pela capitulação ao receituário neoliberal imposto pelo Consenso de Washington. A subordinação nacional aos desejos dos grandes detentores de riqueza financeira e dos grupos geradores de divisas internacionais apequenou o país, interrompendo o longo e tortuoso processo de construção do Estado nacional.

Os dez últimos anos mudaram o Brasil, permitindo reverter a decadência induzida pela rota da neocolonização neoliberal. O povo voltou a protagonizar mudanças, está altivo, recuperando a autoestima. E o que é o país, sem o seu povo!

Atualmente o Brasil ocupa o sexto posto na produção global de manufaturas e o segundo na exportação agrícola do

mundo. Até o final da década de 2010, o país deve se situar entre as quatro maiores economias globais e ser o primeiro na exportação agrícola do mundo.

Ao mesmo tempo, o avanço da mobilidade social fundada na geração de empregos formais e nas políticas públicas de proteção e promoção social torna a pobreza diminuta, com cadente desigualdade na repartição da renda nacional jamais vista em toda História nacional. Ainda para a década de 2010, a perspectiva de superação da miséria e o rebaixamento dos padrões de desigualdade para níveis civilizados deve se confirmar.

Ademais, a nação emerge próxima de completar três décadas de regime democrático, o mais longo de toda História política, como uma das maiores democracias do planeta, pronta para não mais ser liderada. O Brasil de hoje já lidera um novo projeto de desenvolvimento mundial, cujo movimento amplo em torno da inclusão social se transforma na mola propulsora de inédita base para o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável.

Esta condição singular contrasta com o Brasil de 10 anos atrás. Em 2000, por exemplo, o país ocupava a 12ª posição na produção global de manufaturas e a sexta na exportação agrícola mundial. Vinte anos antes chegou a ser o oitavo país na produção de manufatura, embora mantivesse um a cada dois brasileiros na condição de pobreza e um dos maiores índices de desigualdade de renda do planeta.

Mesmo com o avanço do regime democrático pós-1985, o país permaneceu prisioneiro do estado crônico da semi estagnação econômica, capaz de acorrentar inacreditavelmente 45 brasileiros a cada 100 na condição de pobreza absoluta e manter os índices de desigualdade entre os três mais altos do mundo em pleno início do século 21.

Com 45% de taxa nacional de pobreza, a população na base da pirâmide social permanecia irrelevante. Em grande medida, porque o projeto de país liderado pelos governos neoliberais

teimava em continuar a liderança do atraso histórico, presente e disposto a edificar o Brasil para uma reduzida parcela privilegiada da população.

O influxo estabelecido pela Frente Democrática e Popular vitoriosa desde as eleições de 2002 orquestrou uma nova maioria política capaz de reverter prioridades e impulsionar o conjunto de benfeitorias econômicas e sociais que colocaram o Brasil diante do inovador e consistente projeto de nação para toda a população. O decênio que mudou o Brasil a partir de 2003 se sustenta por si só, embora se possa confrontá-lo com o passado recente de falsa modernidade e exclusão imposto pela regressão do projeto neoliberal.

A periodização dos dois distintos projetos de país recaiu, como exemplo comparado com dados de realidade nas experiências neoliberal e desenvolvimentista nos anos de 1995 – 2002 e de 2003 – 2012 por decorrência da melhor disponibilidade e sistematização das séries de informações oficiais. Não se consideraram, portanto, os anos de neoliberalismo anteriores a 1995, enquanto o período posterior à 2010 de continuidade desenvolvimentista nem sempre encontram-se todos os dados oficiais disponíveis e comparáveis.

As informações quantitativas aqui apresentadas foram elaboradas propriamente através da sistematização dos dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), Banco Central do Brasil (Bacen) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata).

Na sequência, trata-se de breve descrição a respeito da distinção necessária dos propósitos circunscritos aos dois projetos de nação que hegemonizaram no Brasil desde a retomada do regime democrático na década de 1980. Assim, chega-se ao decênio iniciado em 2003 que representa a sensível prosperidade econômica e social, cuja recomposição da mobilidade no interior da sociedade protagoniza uma fase de emergência da liderança do Brasil no mundo.

Ao final, consta a programação dos seminários organizados pela junção de esforços decorrentes do Instituto Lula, do Partido dos Trabalhadores e da Fundação Perseu Abramo.

2. Um mesmo povo, dois projetos distintos de Brasil

O conjunto de forças políticas que livrou o Brasil dos 21 anos de regime autoritário não se mostrou suficiente para convergir a um só projeto de nação a partir de 1985. O Governo da Nova República (1985 – 90), não obstante o mérito da consolidação democrática, sobretudo com o estabelecimento da nova Constituição Federal em 1988, se apresentou incapaz de reconstruir um novo projeto nacional frente à herança da crise da dívida externa deixada pela ditadura (1964-85).

Em função disso, o período que seguiu à aprovação da Constituição seguiu demarcado crescentemente por, pelo menos, duas visões distintas e polarizadas em termos de possibilidades abertas de futuro a serem construídas para a sociedade brasileira. De um lado, o projeto neoliberal, que terminou agregando segmentos políticos capazes de hegemonizar a condução do governo nacional entre 1990 e 2002 e, de outro, o projeto desenvolvimentista que se consagrou vitorioso a partir de 2003 pelo conjunto das forças políticas pertencentes à Frente Democrática e Popular, cuja liderança maior coube ao Partido dos Trabalhadores.

O projeto neoliberal representou a internalização de um ideário originado e praticado por governos como na Inglaterra (Margareth Thatcher, 1979-90), nos Estados Unidos (Ronald Reagan, 1981-89), entre outros de idêntica inclinação política e ideológica. Os governos neoliberais no Brasil consagraram a velha e surrada perspectiva das tradicionais elites conservadoras de que não haveria possibilidades nacionais autônomas para a construção de um país livre para toda a população.

Foram anos de enaltecimento da “economia política do bonsai”. Para qualquer broto de crescimento com possível distribuição menos ingrata da renda que ousasse aparecer no Brasil havia a tesoura dos delegados do Consenso de Washington a amputá-lo, sempre com o rigozijo dos defensores do pensamento único como parcela significativa dos meios de comunicação.

Enquanto o Estado era tratado como responsável por todos os males do Brasil, o desenvolvimento nacional era concebido como algo espontâneo e exclusivo das forças de mercado. No máximo a função de regulação ao Estado, jamais a de promotor e protetor do processo de desenvolvimento nacional.

A “teoria do bolo”, de que somente após a economia crescer seria possível distribuir, se tornou uma referência a não ser questionada. Ousar divergir implicava ser identificado como acadêmica e politicamente ultrapassado, perdido no passado distante.

Conforme a realidade demonstrou, a ausência do crescimento sustentável possibilitou manter, quando não aprofundar, o status quo já existente. Assim, a pobreza seguiu nos mesmos patamares, sobretudo com o desempenho desfavorável dos fundamentos econômicos do Brasil.

O resultado efetivo dos 12 anos consecutivos de governos neoliberais foi um Brasil aquém do seu potencial, conformado cada vez mais para os segmentos de maior renda e poder. Sob o comando dos beneficiários do projeto neoliberal, a regressão econômica

e social avançou e condenou o país à condição de subordinado e dependente da globalização. O país ficou à deriva, dependendo dos interesses de plantão das economias capitalistas centrais.

A Tabela I permite observar o traço geral do neoliberalismo entre os anos de 1995 e 2002. A semi estagnação da economia fica evidente seja pela paralisa da relação do Produto Interno

Bruto com a população (PIB per capita), seja pela ausência do crescimento da produtividade nacional.

No mesmo período, o PIB por habitante evoluiu como média anual 0,8%, enquanto a produtividade manteve-se inalterada. Sem o crescimento da produção e a paralisa da produtividade, o custo de vida da população aumentou mais de 100% no acumulado pela

Neoliberalismo X Desenvolvimentismo

Tabela I de indicadores econômicos selecionados entre 1995 e 2002 e 2003 e 2012

Anos de Governo	Inflação Anual (%)		PIB Per Capita (%)		% Dívida Pública/PIB		Produtividade (%)		Reserva Internacional (U\$ Bi)	
	1995/02	2003/12	1995/02	2003/12	1995/02	2003/12	1995/02	2003/12	1995/02	2003/12
Primeiro	22,4	9,3	2,6	-0,2	29,5	53,7	2,7	-0,1	51,8	49,3
Segundo	9,6	7,6	0,7	4,3	31,9	49,3	1,2	2,1	60,1	52,9
Terceiro	5,2	5,7	1,9	1,9	32,8	47,7	1,4	0,7	52,1	53,8
Quarto	1,6	3,1	-1,5	2,8	39,4	46,1	-0,8	1,7	44,6	85,8
Quinto	8,9	4,5	-1,2	4,9	48,5	45,1	-4,2	4,3	36,3	180,3
Sexto	6,0	5,9	2,8	4,2	47,8	38,4	2,0	2,1	33,0	206,8
Sétimo	7,7	4,3	-0,2	-1,3	50,7	39,8	-0,9	-1,4	35,9	239,1
Oitavo	12,5	5,9	1,3	6,5	59,6	42,8	-0,9	3,2	37,8	288,6
Nono	-	6,5	-	1,8	-	36,4	-	nd	-	352,0
Décimo	-	5,8	-	nd	-	35,1	-	nd	-	373,1
Variação Acumulada	106,5	76,5	6,4	27,6	143,3	-41,1	0,3	13,2	-2,6	887,0
Variação Média	9,1	5,8	0,8	2,2	11,7	-3,5	0,0	1,6	-0,3	25,7

Fonte: Ibge, Bacen, Ipeadata (Elaboração própria) | nd = não disponível

estabilidade monetária consagrada pelos governos neoliberais. Uma variação média anual de 9,1% para inflação.

Ao mesmo tempo, o salário médio real dos trabalhadores registrou queda acumulada de 11,2% entre 1995 e 2002, o que equivaleu ao rebaixamento do poder aquisitivo da remuneração do conjunto dos trabalhadores em 1,3% ao ano, em média. Mas na relação do conjunto da Dívida Líquida do Setor Público com o Produto Interno Bruto (PIB) houve expansão considerável, com aumento de 143,2% no endividamento das finanças governamentais.

Enquanto o salário médio dos trabalhadores caiu, aumentou a derrama contínua de recursos públicos para os segmentos ricos e enriquecidos por uma dívida em expansão e por taxas reais de juros incomparáveis internacionalmente. Entre 1995 e 2002, a riqueza imaterial expressa, sobretudo pelos títulos da dívida do governo, cresceu 11,7% acima da elevação da riqueza material (PIB) como média anual.

A desordem financeira manifestada pelos indicadores apresentados prosseguiu acompanhada pelo desmonte de parte significativa do patrimônio público. Por meio de privatizações sem critérios e decência administrativa, cerca de meio milhão de trabalhadores foram demitidos, com a transferência de quantia equivalente a 15% do PIB constituídos por ativos do Estado para a iniciativa privada nacional e, sobretudo, estrangeira. Em grande medida, os setores privatizados foram agraciados por condições objetivas de elevadas taxas de lucro patrocinadas por tarifas entre as mais altas do mundo e, praticamente, sem a contrapartida de novos investimentos necessários à retomada do crescimento sustentado da economia nacional.

Ao mesmo tempo, o grau de exposição externa do país, evidenciada pela fragilidade das reservas internacionais se mostrou evidente. Entre 1995 e 2002, a economia brasileira perdeu, como média anual, 0,3% de suas reservas internacionais.

Na contracorrente dos governos neoliberais emergiu o projeto desenvolvimentista que desde 2003 ousou inverter as prioridades até então perseguidas. Assim, para que houvesse crescimento sustentável da produção nacional, a distribuição da renda se tornou o imperativo nacional. E, com isso, a possibilidade de viabilizar o projeto de Brasil para todos, cujo processo de inclusão social se transformou em mola propulsora da economia.

O salário médio real dos trabalhadores cresceu acima dos ganhos de produtividade. Entre 2003 e 2010, por exemplo, o aumento acumulado da produtividade foi de 13,2% ante a expansão de 20,8% do salário médio real. Para cada aumento de 1% na produtividade, o salário médio real aumentava 1,6% durante os governos desenvolvimentistas, enquanto nos governos neoliberais, a quase inexistente de aumentos na produtividade resultou no decréscimo da remuneração dos trabalhadores.

Em grande parte, a elevação do poder de compra do salário mínimo se mostrou extremamente favorável à ativação econômica, conforme observado na Tabela 2. Ao mesmo tempo, a expansão do valor do piso da remuneração na base da pirâmide social brasileira favoreceu decisivamente no combate da pobreza e da desigualdade de renda. Entre 2003 e 2012, o salário mínimo real cresceu 70,7%, acompanhado da queda da desigualdade de renda (11,4%) e pobreza absoluta (37,3%). Da mesma forma, a parcela salarial no PIB aumentou (8,9%), enquanto a taxa nacional de desemprego decresceu quase 39%.

Por outro lado, a relação da dívida pública com PIB caiu 41,1% entre 2003 e 2012, enquanto a inflação acumulou aumento de menos de 77%. Uma variação média anual de 5,8% ante a expansão de 9,2% registrada durante os governos neoliberais. Não somente a inflação foi quase 60% maior, como no período do neoliberalismo, a taxa nacional de pobreza caiu menos de 5%, assim como a participação dos salários no PIB decaiu 6,6%. Apenas a taxa nacional de desemprego subiu 57,9% entre 1995 e 2002.

Neoliberalismo X Desenvolvimentismo

Tabela 2 de indicadores sociais selecionados entre 1995 e 2002 e 2003 e 2012 – Em %

Anos de Governo	Emprego formal (mil)		Desigualdade (Gini)		Parcela salarial/ PIB		Salário Mín. Real (R\$)		Taxa de desemprego	
	1995/02	2003/12	1995/02	2003/12	1995/02	2003/12	1995/02	2003/12	1995/02	2003/12
Primeiro	88	861	60,0	58,1	42,6	39,5	292	382	5,8	9,6
Segundo	75	1.683	60,1	57,0	42,5	39,3	305	396	6,6	8,7
Terceiro	274	1.831	60,1	56,8	41,3	40,1	312	424	7,5	9,1
Quarto	387	1.917	59,9	56,1	42,0	40,9	325	483	8,7	8,3
Quinto	502	2.452	59,3	55,4	41,2	41,3	328	512	9,4	8,0
Sexto	1.235	1.834	59,3	54,4	40,5	41,8	339	528	9,3	7,0
Sétimo	961	1.766	59,4	54,0	40,6	42,6	370	566	9,2	8,2
Oitavo	1.494	2.866	58,8	53,1	39,8	43,3	379	596	9,0	7,1
Nono	–	1.995	–	52,1	–	nd	–	597	–	6,7
Décimo	–	1.302	–	nd	–	nd	–	647	–	5,5
Variação Acumulada	27,3	79,1	-2,2	-11,4	-7,2	8,9	29,8	70,7	57,9	-38,9
Variação Média	3,1	6,0	-0,3	-1,2	-0,9	1,1	3,3	5,5	5,2	-3,3

Fonte: Ibge, Bacen, Ipeadata (Elaboração própria)

Destaca-se, neste sentido, a forte geração dos empregos formais. No período desenvolvimentista, o Brasil acumulou o saldo de 18,5 milhões de novos postos formais de trabalho, contra apenas 5 milhões do projeto neoliberal.

Com a reorganização das finanças públicas nos governos desenvolvimentistas, capaz de permitir a diminuição da relação dívida pública/PIB, as forças da produção voltaram a crescer no

Brasil. Entre 2003 e 2011, o PIB por habitante cresceu 27,6%, como uma média de quase 2,2% ao ano (2,7 vezes superior ao período neoliberal).

Não sem motivo, a presença do Brasil no exterior cresceu, tendo a elevação considerável das reservas internacionais um fator de maior autonomia frente à manifestação das crises internacionais. De 37,8 bilhões de dólares de reservas

internacionais do país, em 2002, o Brasil apresentou, dez anos depois, 373 bilhões de dólares, quase 890% superior ao deixado pelo projeto neoliberal.

Percebe-se claramente que a armadilha na qual os governos neoliberais aprisionaram o país foi sendo desarmada graças a uma nova maioria política, capaz de estabelecer um novo ciclo de mudanças significativas no Brasil. O processo de inclusão social tornou a sociedade mais vigorosa, com desafios que foram sendo superados pelos governos do presidente Lula e presidenta Dilma.

O decênio que mudou o Brasil se apresenta inegável a partir de 2003, sobretudo, quando direta e indiretamente contrastado com o que foi o país durante a predominância do projeto neoliberal. Sobre isso, as informações oficiais selecionadas e sistematizadas não deixam dúvidas.

Em síntese, o mesmo povo brasileiro conviveu com dois projetos distintos. Nos governos neoliberais, o Brasil convivia com exclusão em alta, parecendo não ter condições de incluir a todos.

Nesse sentido, as medidas adotadas voltavam-se fundamentalmente para não mais de 3/5 da população. Por decorrência, o favorecimento dos segmentos de mais alta renda, gerada por conta das elevadas taxas de juros, privatização e produtos importados, convivia com exclusão social animada pelo desemprego e rebaixamento dos salários reais dos trabalhadores.

No decênio que se iniciou em 2003, o Brasil mudou de rota. A Frente Democrática e Popular, integrada pelo PT e um grupo de partidos aliados, constituiu uma nova maioria política em que a inclusão social de todos os brasileiros se tornou almejada e alavanca básica do desenvolvimentismo.

3. O decênio glorioso

A crise da Dívida Externa, logo no início dos anos oitenta, terminou por estabelecer trajetórias distintas para a política, a economia e a sociedade no Brasil. Durante os 21 anos do regime militar (1964-1985), a inegável expansão das bases materiais da produção permitiu inserir o país entre as oito mais importantes economias capitalistas do mundo.

A prevalência do autoritarismo político, contudo, manteve o progresso material da economia distante de grande parte da população, pois era exclusividade de uma minoria social, política e econômica. Não obstante o gigantismo da riqueza nacional, quase um a cada dois brasileiros vivia na condição de pobreza, cujo fosso da desigualdade de renda e de poder não parava de aumentar.

Resumidamente, o crescimento da economia combinado com o regime político autoritário favoreceu apenas parte da população, o que estimulou o florescimento de uma espécie de capitalismo selvagem, em que o Brasil se transformou num dos símbolos mundiais da desigualdade e pobreza do capitalismo subdesenvolvido a não ser seguido. O não exemplo.

A contração do ciclo de forte expansão econômica proporcionada pela crise da Dívida Externa (1981-83) em meio ao sucesso das lutas sociais em torno da retomada democrática

descortinou no último quartel do século passado uma significativa desconexão entre os rumos da política e da economia nacional. A retomada do regime democrático a partir de 1985, consolidada pelos avanços da Constituição de 1988, aplainou um novo caminho de sucessos na política brasileira.

Em 2013, o país completa 28 de regime democrático. O mais longo período da História nacional, cuja referência principal é a construção do Estado de bem estar social que absorve atualmente 23% do PIB em prol da proteção e promoção social. Em 1985, ao final do governo militar, o gasto social representou tão somente 13,5% do Produto Interno Bruto Nacional.

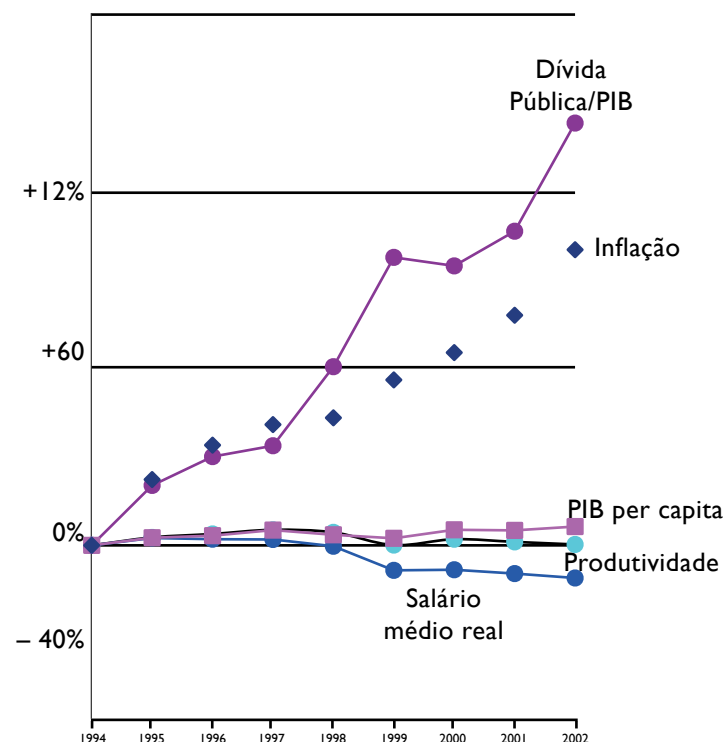
Por outro lado, a economia abandonou a trajetória de contínuo e sustentável crescimento da produção nacional, o que significou a imposição da convivência com duas décadas de semi estagnação da renda per capita dos brasileiros. Com as medidas de ajuste exportador tomadas no início dos anos 1980 pelo governo militar, o país deu início ao longo calvário de esforços internos para gerar riqueza capaz de pagar a dívida externa.

Como resultado, as políticas de ajuste promoveram o crescente desajuste social. Com os governos neoliberais que sucederam a etapa da Nova República (1985-90), a fase de semi estagnação da renda não foi alterada, somente interrompida desde 2003, o que terminou por deixar um rastro evidente de pobreza, desemprego e concentração da renda.

A nação seguiu cada vez mais dividida entre os que tinham trabalho e o enorme exército de desempregados. E o que se observa pelo Gráfico 1 é a estagnação do PIB per capita e da produtividade acompanhada da alta inflação e endividamento público como proporção do Produto Interno Bruto. No outro extremo, a perda do poder de compra dos salários dos trabalhadores.

Contrariando a tudo isso, surge o decênio iniciado com a vitória do presidente Lula e continuado pela presidente Dilma que possibilitou, pela primeira vez nos últimos cinquenta anos, unir na

Gráfico 01: Projeto neoliberal

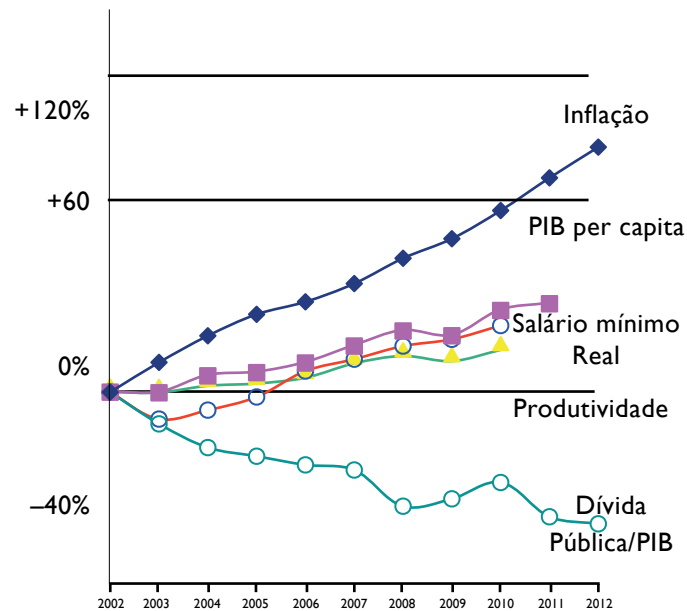


Fonte: Ibgc, Bacen, Ipeadata (Elaboração própria)

mesma trajetória a democracia com o crescimento da produção. Nos últimos 10 anos, a política e a economia soberanas andaram de mãos dadas e os resultados positivos para o conjunto da população têm sido crescentes. O decênio glorioso não surpreende mais o mundo.

O Gráfico 2 mostra justamente isso. Enquanto a dívida pública como proporção do PIB cai, com a inflação abaixo do período neoliberal, voltou a aumentar a produção. No ritmo da expansão do PIB, cresce a produtividade, tendo os salários um desempenho ainda maior.

Gráfico 02: Projeto desenvolvimentista



Fonte: Ibmge, Bacen, Ipeadata (Elaboração própria)

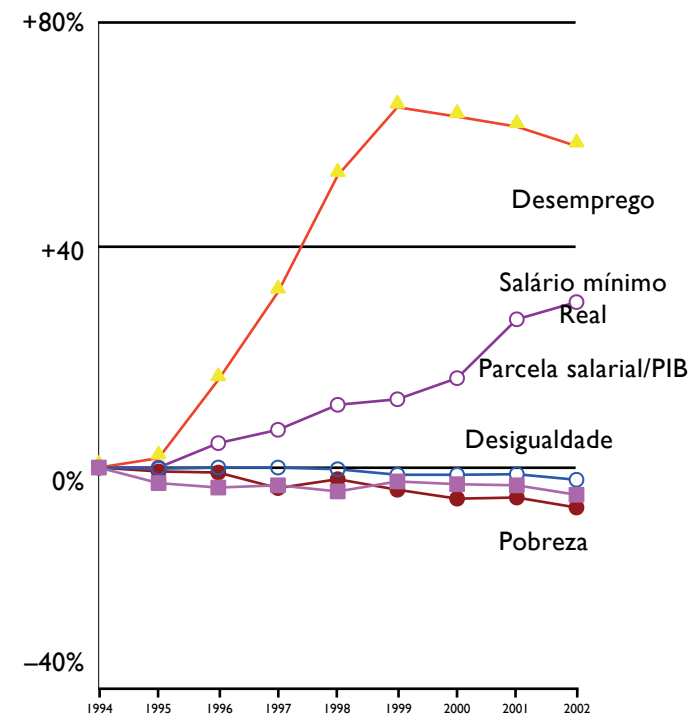
Nesse sentido que o Brasil se transformou em uma referência global a ser seguida. Com a retomada do planejamento, o crescimento da economia foi estruturado em um conjunto de inovadoras políticas públicas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família que evoluiu positivamente para o programa Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso.

Simultaneamente, a intervenção pública organizada e sistêmica se constituiu no pilar de irradiação dos investimentos em diversos setores produtivos, como por meio dos Planos de Aceleração do

Crescimento (PAC I e II), do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, da política de desenvolvimento produtivo Brasil Maior, entre outras iniciativas desenvolvimentistas.

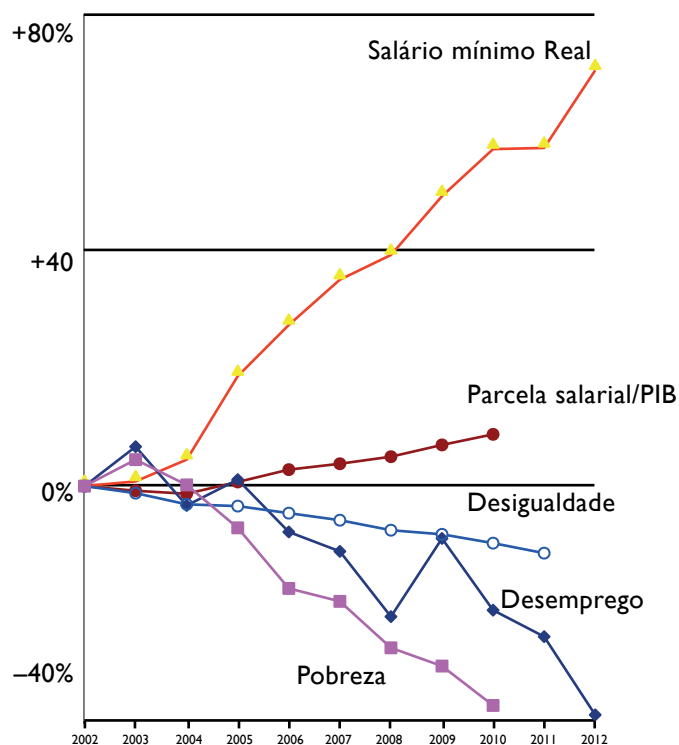
Por conta disso, o Brasil encontra-se atualmente entre as seis principais economias globais e entre as maiores democracias de massa do mundo. Ao mesmo tempo consolida cada vez mais a condição de país que expande a sua produção interna combinada com a melhor distribuição do que melhor produz, o que resulta na

Gráfico 03: Projeto neoliberal



Fonte: Ibmge, Bacen, Ipeadata (Elaboração própria)

Gráfico 04: Projeto desenvolvimentista



Fonte: Ibmge, Bacen, Ipeadata (Elaboração própria)

tendência próxima de superação da miséria. Também aponta para o estabelecimento do patamar da desigualdade de renda somente compatível com os chamados países desenvolvidos.

Pelo Gráfico 4 constatam-se as trajetória distintas entre a evolução real do salário mínimo e o descenso da taxa nacional de pobreza, da desigualdade e desemprego. Por consequência, a parcela das remunerações dos trabalhadores na renda nacional volta a crescer, interrompendo uma longa fase de descenso patrocinada por governos neoliberais.

No Gráfico 3, o desastre do neoliberalismo é contundente. O desemprego em patamares inimagináveis, com queda da parcela salarial no PIB e quase paralisia na situação da pobreza e desigualdade.

O reposicionamento do país nos últimos dez anos no mundo ocorre sem as tradicionais relações de dominação e disputas de hegemonia, mas pela cooperação e solidariedade internacional, especialmente entre as nações não desenvolvidas. Por isso, o Brasil ajudou a abrir espaços para a nova diplomacia que muda a geopolítica mundial a partir das relações Sul-Sul.

Frente à crise de dimensão global, o Brasil segue inovando com a adoção de políticas públicas de caráter anticíclico, ao contrário das iniciativas neoliberais na década de 1990 de aprofundamento dos problemas que vinham do exterior. Seja em 2008 e 2009, seja em 2011 e 2012, as decisões governamentais de redução na taxa de juros com ativação da política fiscal se mostraram fundamentais para evitar as repercussões da crise internacional no mercado interno brasileiro.

Adicionalmente, registram-se medidas de apoio à competitividade do setor produtivo nacional com a implementação de políticas de redução de custos às famílias e às empresas. Destacam-se, neste sentido, as ações de maior redução na taxa de juros, na desoneração fiscal e na diminuição das contas de luz.

Em resumo, a continuidade do compromisso com a solidez fiscal que viabilizou a via para a redução da taxa Selic, assim como avanços em termos da reconstrução do modelo no setor elétrico, capaz de garantir a retomada dos investimentos, a expansão da oferta com a manutenção da matriz limpa e as condições básicas para a redução da tarifa.

Aliado à política monetária e cambial, o Brasil consegue enfrentar a crise global buscando fortalecer o seu mercado interno, com a contínua redução da pobreza, da desigualdade de renda e do desemprego. Também adota várias políticas de ampliação do acesso à universidade, com a expansão e descentralização da rede federal,

Prouni, Fies, bem como as ações no ensino técnico e na qualificação e valorização da mão de obra brasileira.

Inegavelmente, um caminho próprio, distinto do observado atualmente em outras economias, que permite ao país e ao seu povo sair da crise global muito mais pujante. Todos mudaram como se passou a ver o Brasil de hoje. O povo recuperou a sua altivez, mantendo acesa e ativa a luta por um Brasil onde possam caber os sonhos de todos.

4. Considerações finais

O sucesso atual no enfrentamento do secular desequilíbrio social, assim como a superação dos efeitos desagregadores resultante da acentuada heterogeneidade regional registrada no Brasil, não expressa sorte ou mesmo encadeamento espontâneo e natural de vontades. Pelo contrário, constitui ação organizada e disciplinada de um partido, da força obstinada de seus militantes e confiança e credibilidade de sua direção.

Também resulta do apoio compromissado pelos partidos aliados, verdadeiros parceiros desta trajetória de grandes mudanças nacionais. Caso contrário, o Brasil dificilmente teria tido a possibilidade de reverter o processo de declínio socioeconômico imposto pelos governos neoliberais.

Para que a distância entre o que hoje realmente somos e o que desejamos ser de fato amanhã seja mais rapidamente encurtada é que devemos lembrar os acertos do decênio que mudou o Brasil. E isso será realizado por meio de várias manifestações ao longo do ano de 2013, inclusive na forma de seminários a seguir apresentados.

5. Programação do seminário

A parceria entre o Instituto Lula, o Partido dos Trabalhadores e a Fundação Perseu Abramo está programando seminários que serão realizados em distintas cidades brasileiras nos próximos dois meses. O objetivo desse evento é o de propiciar o melhor entendimento a respeito dos 10 anos de governos que mudaram o Brasil, contrastando os dois principais projetos de Brasil que predominaram desde a retomada do regime democrático.

Entender o que era o país e o seu povo antes de 2003 e o que passou a ser o Brasil e seus cidadãos dez anos depois constitui uma narrativa a ser construída coletivamente. Ao mesmo tempo, apresenta-se também como uma oportunidade singular de trazer para o presente os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

O primeiro seminário será realizado em Fortaleza, no Ceará, no dia 28/02, com o tema “Políticas de bem estar, direitos e desafios da inclusão social” com a participação da ministra Tereza Campello e de Roberto Amaral, Primeiro Vice-Presidente Nacional do PSB.

PT 10 ANOS
DE GOVERNO
DO POVO • PARA O POVO • PELO POVO

